

Em pouco mais de 20 anos de história, o Orçamento Participativo (OP) projetou Porto Alegre internacionalmente como modelo de democracia participativa. Destes 20 anos, 16 (1989-2004) foram governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por ter iniciado o processo na cidade, tem sua imagem relacionada com o mesmo até hoje. Em 2004, José Fogaça, então candidato à prefeitura porto-alegrense, ciente da imagem positiva do OP, afirmou em campanha que não iria extinguir o programa. Fogaça foi eleito e a promessa cumprida: o OP foi mantido. Contudo, com a nova gestão, o processo do OP sofreu alterações, e um novo programa chamado Governança Solidária Local (GSL) foi implantado. Tal programa, conforme seus idealizadores, somaria forças ao OP. Considerando a continuidade do OP com a troca de governo algo relevante, esta análise concentra-se nas alterações sofridas no mesmo, a partir desta troca, não excluindo as mudanças ocorridas no governo petista. Problematisa-se a questão destacando o ponto de vista daqueles que efetivamente participam dos processos, sobretudo do OP, analisando os sentidos da participação nos dois programas. Através das entrevistas e da observação participante realizada nos Fóruns Regionais do OP (FROPs) e no Conselho do Orçamento Participativo (COP), nota-se diferenças no modo de conduzir o processo do OP e a inserção de novas formas de participação, configurando uma nova gramática no que concerne a participação na GSL. Neste sentido, a GSL configura-se como a principal alteração trazida pelo atual governo, posto que se constitui como uma outra alternativa para a obtenção de recursos, incluindo a intermediação da prefeitura com a iniciativa privada.